



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

MULHERES NEGRAS NO MUNDO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: a questão racial em pauta

DAIANE DAINE DE OLIVEIRA GOMES ¹
MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA ²

Resumo

Objetivamos pensar a partir da situação das mulheres negras na contemporaneidade diante da ocorrência da pandemia de COVID 19. Para tanto, analisamos o modo como o projeto de colonialidade dominante na sociedade capitalista engendra classe, raça e gênero de forma interseccional submetendo mulheres negras ao aprofundamento das opressões e subalternizações em período de crise sanitária, econômica e política no Brasil. Atentamos para a importância de identificar as formas plurais de resistência e desenvolvimento construídas pelas mulheres negras e nas demandas urgentes no âmbito da construção de políticas públicas no presente que abranjam a transversalidade da questão racial e de gênero.

Palavras-chave: Mulheres negras; Racismo estrutural;

1 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Ceará

Patriarcado.

Abstract

This text aims to think from the situation of black women in contemporary times in view of the occurrence of the COVID 19 pandemic. To this end, we analyze the way in which the dominant coloniality project in capitalist society engenders class, race and gender in an intersectional way, submitting black women to the deepening of oppression and subalternization in a period of health, economic and political crisis in Brazil. We pay attention to the importance of identifying the plural forms of resistance and development built by black women and the urgent demands in the context of the construction of public policies in the present that cover the transversality of the racial and gender issue.

Keywords: Black women; Structural racism; patriarchy.

1. INTRODUÇÃO

Constata-se que as mulheres são plurais pela heterogeneidade de suas realizações na família, no trabalho e na política, suas contribuições são valiosas ao impactar o mundo e fortalecer a humanidade. Para responder às demandas do mundo contemporâneo, elas acessam formas inventivas para promoção e preservação da vida. Agem na maioria das vezes, em condições adversas, pois embora sejam a maioria da população no Brasil (51,8%) continuam como setor marginalizado no atendimento às suas necessidades que tendem a seguir inviabilizadas.

Essas mulheres tem nome e sobrenome, são as lideranças indígenas, as quilombolas, as empregadas domésticas, as agentes de saúde, as professoras, as conselheiras das políticas públicas, as presidentas das associações de moradores da periferia, as ciganas, as pastoras, as mães de santo e as lalorixá, as benzedadeiras, as quebradeiras de coco, as pescadoras, as estudantes e tantas outras cuja a ação volta-se para garantia das condições econômicas de sobrevivências, socialização das crianças e organização de suas comunidades. Seu ativismo é por igualdade de direitos, fim das desigualdades e das violências, mas ainda carece ganhar protagonismo.

Mulheres brasileiras e de todo o mundo vivem em contextos atravessados por opressões e explorações interseccionadas pelo gênero, classe e raça. A pandemia do covid-19 revelou essas desvantagens quando escancarou desigualdades aprofundadas durante o isolamento social que já circundavam a vida das mulheres, em particular das negras, pobres e mães, circunstâncias difíceis acrescidas das velhas desvantagens históricas. O isolamento social provocou maior intensificação do trabalho feminino, ampliação das responsabilidades no cuidado com a família, desemprego e aumento dos casos de violência doméstica.³

Os contextos em que vivem a maioria das mulheres são atravessados por desigualdades, opressões interseccionadas pelo gênero, classe e raça como eixos estruturantes da formação social brasileira. Acresce a estes eixos, os demarcadores da diferença como orientação sexual, geração, deficiência que agravam mais ainda as desvantagens.

Ao lado da vulnerabilidade marcada por cenários de pobreza, violência, pouca representação, participação política, poder de decisão e prestígio social, as mulheres também resistem, apontam saídas, dão das respostas, propõem pactos civilizatórios pela via da organização, da mobilização, da solidariedade, e da dororidade.

Considerando essa realidade, propomos com este texto uma discussão teórica interseccional e crítica que permita compreendermos a realidade social

3 Ver o relatório “Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia” realizado em 2020 por Gênero e Número e SOF (Sempre-viva Organização Feminista).

enfrentada por mulheres negras. Não somente tratar sobre vulnerabilidades, mas também falar sobre as formas de resistências engendradas por estas mulheres no tempo presente.

2. OPRESSÕES SISTÊMICAS E ESTRUTURAIS

Pautar as condições de vida e formas de organização/atuação das mulheres negras atualmente exige a compreensão dos efeitos perversos do projeto de colonialidade dominante na sociedade capitalista. Um projeto atravessado por um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno e que se relaciona à forma como o conhecimento, o trabalho e as relações intersubjetivas do trabalho se articulam entre si através do capitalismo mundial e da ideia de raça e gênero.

A partir dos estudos do pensador peruano Anibal Quijano, podemos compreender que a constituição do modelo democrática liberal nos países da América Latina está permeada pelo que o estudioso chama de padrão colonial de poder. Embora não sejamos mais colônias, permanecemos ligados por mecanismos institucionais que nos subordinam à lógica do capitalismo transnacional e do imperialismo. Este projeto une desigualdades a partir da intersecção de classe social, gênero e raça, definindo uma lógica segregadora e reprodutora da exploração, que asseguram benefícios para grupos populacionais brancos ocidentais e heterossexuais mediante o sacrifício de acesso à direitos dos outros grupos.

Dentro desse projeto o patriarcado serve ao capitalismo através da divisão sexual do trabalho, destinando às mulheres os trabalhos mais precarizados, e as responsabilizando, sem remuneração, pelo trabalho do cuidar que é crucial para a reprodução da classe trabalhadora e que é negligenciado pelo Estado que não oferta estruturas adequadas de proteção social.

Para Delphy (2009, p. 172) o patriarcado abrange “uma formação social

em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente onde o poder é dos homens” , quase um sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” e nos permite entender a exclusão das mulheres do acesso ao “progresso” gerado pelo sistema capitalista.

Porém, para visualizarmos a realidade social das mulheres negras, destaca-se o que Gonzalez (2020) já afirmava na década de 1980 sobre os estudos feministas: somente basear as análises no capitalismo patriarcal não dá conta de responder às situações de mulheres negras e indígenas da América Latina, falta incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto as outras citadas: a opressão de caráter racial.

O racismo é uma das principais estruturas que sustenta esse padrão colonial. Por meio dele têm sido estruturadas e mantidas por séculos formas de interdição de negros e negras a acessar direitos sociais, trabalho ou espaços de poder, formas essas que se reeditam conforme o tempo histórico. Daí a compreensão de que o racismo, enquanto elemento estruturante das relações sociais, é funcional e sofisticado e não disfuncional. Conforme explicita Silvio de Almeida:

Ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente. (ALMEIDA, 2016, p. 23)

Para Almeida (2016) o racismo é um elemento que integra a organização econômica, política e jurídica da sociedade, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência social contemporânea.

No contexto atual de reestruturação produtiva do capital por meio de políticas neoliberais e de recrudescimento do conservadorismo em todo o mundo, nos deparamos frente a uma reconfiguração dessas opressões que desafia a engenhosidade dos grupos explorados, exigindo ainda mais táticas para fazer frente a elas e desmantelá-las. Esse contexto tem infringido aos trabalhadores de forma geral intensificação da precarização de suas vidas e trabalho, contudo, para as mulheres negras acresce ainda a intensificação dessas opressões pelo racismo e

patriarcado.

As exigências de adequação do Brasil à agenda neoliberal demandam, dentro dessa lógica funcional do racismo e do patriarcado, narrativas que recrudesçam e fortaleçam o racismo e o machismo, pois são elementos estruturantes das desigualdades sociais necessários a manutenção desse sistema social. Daí vemos o aumento dos casos de racismo religioso, das injúrias raciais, dos homicídios contra jovens negros, os casos de crime racial cibernético, feminicídios, atos de violência homofóbica e transfóbica, dentre outros. Nós temos um cenário político aterrorizante, em que todo tipo de conservadorismo, reacionarismo, e ideologias violentas prosperam impunemente na sociedade. Um cenário novo, diante dos avanços legais e institucionais que vínhamos alcançando nas últimas décadas, de absoluta radicalização.

A partir desse entendimento, coadunamos com o que pontua Borges (2018, p. 51)

[...] a luta anticapitalista se apresenta fundamental e se explicita em maior intensidade pela interseccionalidade, que mostra como as opressões sistêmicas e estruturais estão imbricadas e como é preciso compreender as diversidades, contrapondo-se a uma pretensão universalizante que, na verdade, inviabiliza a complexidade dos fenômenos de opressão. Muda-se a sociedade ao se disputar o poder e se destruir os privilégios. (BORGES, P. 51, 2018)

Assim, discutir as condições de vida e de vulnerabilidade de nossas comunidades negras, questionar a precariedade e dar voz às mulheres negras é uma pauta que permanece na ordem do dia. Como destaca Borges (2018, p. 52) “Lutar por liberdade passa necessariamente pela liberdade de mulheres negras e, notadamente, pelo fim ao controle e extermínio das populações negras.”

3. A TAL PIRÂMIDE SOCIAL: RACIALIZANDO OS NÚMEROS

Como apontado anteriormente, raça, gênero e classe social são categorias interrelacionadas que se moldam mutuamente. É possível ver o peso das intersecções que operam opressões, explorações, subalternização, dominação,

desigualdades e desvantagens, culminando em diversos tipos de violências através dos números nas pesquisas sociais e econômicas. No cenário atual de crescimento do autoritarismo, de ataques aos direitos humanos e à democracia tais desvantagens tendem a se ampliar junto as mulheres pertencentes aos grupos discriminados em termos raciais e dos extratos mais baixos economicamente.

As mulheres negras têm ocupado historicamente lugares de desvantagens em significativos setores como mercado de trabalho, rendimento, local de moradia, educação, saúde, assistência social e previdência social. Despontam em relações de trabalho precarizadas, em número de desempregos e a maioria se encontra na informalidade, em geral por meio do emprego doméstico e das faxinas em “casa de família”, precisando acessar programas de transferência de renda, muito embora estes tenham se mostrado insuficientes para gerar integração social com segurança econômica e social.

Desse modo, é relevante destacar como esse grupo tem sofrido com as consequências das crises, sanitária, econômica, política. Conforme Boletim Especial publicado pelo DIEESE em 2021:

A pandemia do coronavírus acentuou as diferenças. No momento do isolamento, uma parcela muito maior de mulheres e homens negros perdeu o trabalho e voltou para casa, sem perspectiva de nova ocupação. Antes inseridos em ocupações de baixa qualificação e rendimento e, no caso das mulheres, no emprego doméstico, esses trabalhadores saíram do mercado de trabalho, mas, antes da vacinação, começaram a voltar, devido à necessidade de renda para a sobrevivência. (p. 9)

Diante da situação de calamidade pública pela qual passamos, uma tragédia com milhares de mortos, foi revelada a fragilidade do nosso sistema de proteção social e da estrutura classista-racista-patriarcal perversa que por séculos foi negada a existência no Brasil. Essa estrutura é desmascarada em sua perversidade pela alta letalidade e contaminação, ao mesmo tempo que descortinam o véu que encobre a desproteção a que são submetidos os grupos étnicos indígenas, ciganos, quilombolas e de negros e negras, que tem sua cidadania negada cotidianamente.

Durante o período da pandemia seguiu em curso o projeto de genocídio da população negra, por meio de um conjunto de políticas - ou ausência destas - e violências que se voltavam contra a vida de negros e negras no Brasil. De acordo

com o infográfico “A violência contra pessoas negras no Brasil” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), 76,2% das pessoas assassinadas em 2020 eram negras; 63% das crianças de 0 a 9 anos e 81% dos adolescentes e jovens entre 15 e 19 anos vítimas de violência letal também eram negros; e entre o número total das vítimas de feminicídios em 2020, 61,8% eram negras.

O conceito de necropolítica, elaborado pelo filósofo e teórico político camaráones Achile Mbembe, nos serve para compreendermos a lógica de distribuição do direito de viver em nossa sociedade. O filósofo explicita como o Estado constrói políticas de exclusão a partir de uma noção de inimigo social e embasado nessa ideia define os grupos descartáveis, matáveis e os úteis. Mbembe (2011) trata sobre o poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer. Nesse sentido, Santos, et all (2020, p. 12) elucidam:

A concepção de necropolítica corrobora ao entendimento das diferenças existentes nas ações do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida. Sua compreensão perpassa pelo reconhecimento de medidas estatais que promovem a vida e a morte a partir de características que hierarquizam os corpos, estratificando-os entre os que podem ser eliminados e devem viver. Numa sociedade estruturalmente fundada no racismo, enquanto mecanismo de um sistema político de dominação, as ‘formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte’ estão definidas a partir de duas ideias que se complementam: a primeira, que existem diferentes raças humanas; e a segunda, que existem raças humanas que são inferiores às outras.

Por meio dos dados explicitados e de uma análise histórica mais aprofundada que o espaço destas páginas não nos permite, é possível identificar na história brasileira uma constante política de fazer morrer, de forma planejada e sistemática por atos e omissões de um Estado que opera pela manutenção de um sistema econômico predatório e destrutivo.

Quando comparadas às mulheres brancas, mulheres negras concentraram ainda os piores índices de qualidade de vida durante a pandemia, as brancas tiveram uma diminuição de 48,5%, enquanto pardas e pretas tiveram, respectivamente, uma redução de 48,8% e 57% de suas rendas; perderam o emprego 28,2% das mulheres brancas, 32,9% das mulheres pardas e 41,5% das mulheres pretas.

Vemos que as opressões sofridas pelas mulheres negras acumulam um

conjunto de desvantagens. Vivemos em uma sociedade que inferioriza o feminino e a negritude e que se utiliza dessa inferiorização para ampliar sua exploração e manter sua estrutura de funcionamento e lugares sociais. Os dados referentes ao acesso ao emprego e renda e a redistribuição tributária são ilustrativos do movimento dessas engrenagens.

Conforme DIEESE (2021), o número de pessoas que perdeu postos de trabalho por causa da crise sanitária, entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, foi de 8,8 milhões. Desses, 71,4% ou 6,3 milhões eram negros: 40,4%, mulheres, 31%, homens. Quanto ao aumento da força de trabalho com o processo de vacinação e retomada gradual por meio da retirada das medidas de isolamento social:

A comparação do volume da força de trabalho do 2º trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020 mostra que a força de trabalho negra cresceu 3,8 milhões (1,79 milhões de homens e 1,97 milhões de mulheres). Já entre os não negros, o aumento foi de 2,3 milhões (963 mil homens e 1,38 milhões de mulheres). Porém, quando se compara 2021 com o 1º trimestre de 2020, antes da pandemia, nota-se que parcela expressiva de negros não voltou para a força de trabalho: 1,1 milhão de negras e 1,5 milhão de negros. Pode-se dizer que, no 2º trimestre de 2021, enquanto a força de trabalho não negra já equivalia a 92% do total registrado antes da pandemia (1º trimestre de 2020), entre os negros, esse percentual foi de quase 59%, número que levanta a questão sobre o destino desses quase 2,6 milhões de negros e negras. (DIEESE, 2021, p. 2)

Quanto a taxa de desempregos a disparidades entre negros e não negros permanece. Enquanto para os homens negros, ficou em 13,2%, no 2º trimestre de 2021, para os não negros, foi de 9,8%. Entre as mulheres, a cada 100 negras na força de trabalho, 20 procuravam trabalho, proporção maior do que a de não negras, 13 a cada 100. (DIEESE, 2021)

Como as mulheres negras estão na base da pirâmide social e o sistema tributário brasileiro é regressivo, obviamente, recai sobre elas a maior parte dos tributos, enquanto homens brancos, em geral, estão no topo da pirâmide concentrando a maior parte da riqueza. Dessa forma, isso afeta diretamente a distribuição de oportunidades para mobilidade social.

De acordo com o documento “País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras” de George e Maya (2018), desde 2011, a equiparação de renda entre negros e brancos está estagnada. Entre 2016 e 2017, os brancos mais ricos tiveram ganhos de rendimentos de 17,35%, enquanto negros incrementaram suas rendas em apenas 8,1%.

Pela primeira vez em 23 anos houve recuo na equiparação de renda entre mulheres e homens, o recuo ocorreu entre 2016 e 2017.

Olhando para as diferenças de classes e tributação, observamos há longo período as desigualdades na distribuição tributária e das riquezas, em 2013, na base da pirâmide, dos 10% mais pobres (onde 68,06% são negros), a carga tributária era de 32%. Nessa faixa, as mulheres negras eram o maior grupo contribuinte, 35,59%. Já no topo, dos 10% mais ricos (83,72% são brancos), a carga era de 21%. Nessa faixa, eram os homens brancos que predominavam, 49%. (SALVADOR, 2014). Logo, podemos observar que, no país, a mulher negra e pobre é quem mais paga impostos.

No período de pandemia essa desigualdade se ampliou, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico).

Em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas nessa condição, contingente que, em março deste ano, havia aumentado em 784 mil pessoas, o que representa um crescimento de 5,8%. Destaca-se, ainda, que o número de pessoas na extrema pobreza já havia aumentado entre 2019 e 2020, portanto antes da pandemia, em 3,0%. Isto é, entre o início de 2019 e o início de 2021, quase 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil, o que corresponde a um aumento de 9,0%. Por outro lado, o número de bilionários brasileiros aumentou durante a pandemia. Segundo a revista Forbes (DOLAN, 2021), 22 brasileiros entraram ou retornaram à lista de pessoas com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrimônio, em 2021. No total, são 65 brasileiros na lista e 2.755 em todo o mundo (660 a mais que no início de 2020). (DIEESE, 2021, Boletim de conjuntura)

Dentro desse grupo, nota-se a presença majoritária de negras e negros. De acordo com pesquisa publicada pelo MADE centro de pesquisa em Macroeconomia das desigualdades FEA/USP⁴, antes da pandemia, 33% das mulheres negras estavam abaixo da linha da pobreza, por sua vez, em 2021, essa taxa está mais alta, em 38%, os homens negros negros abaixo da linha de pobreza ficam um pouco abaixo desse patamar. Entre a população branca, a taxa de pobreza subiu de 15% antes da pandemia para 19% em 2021. Olhando os dados sobre a extrema pobreza, verifica-se que ela atingia 9,2% das mulheres negras em 2019, e em 2021 alcançou 12,3% dessa população. Para homens brancos, essa taxa foi de

4 Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>

3,4% para 5,5% nesse mesmo período.

É desafiante e violento para as mulheres negras, ter de conviver nas práticas cotidianas com o racismo estrutural em suas várias manifestações, perdura ainda no imaginário social a sua super erotização de ser considerada quente, ferosa, pronta para o ato sexual, carente e que topa tudo, naturalizando a violação dos seus corpos, recorrentemente violentado seja pela super exploração do trabalho, seja pelas diversas formas de violência.

Interessante notar que não está associada as mulheres negras o discurso de sexo frágil, do corpo delicado, aquele que requer cuidados, numa visão essencialista do eterno feminino. E não é intensão das mulheres negras reivindicar tal lugar. Mas não interessa a brutalização, a desumanização dos seus corpos, a violação sistemática dos seus direitos.

Apesar disso, as mulheres negras têm demonstrado grande capacidade de mobilização frente à reorganização do conservadorismo na conjuntura brasileira. Mesmo diante de tanta vulnerabilidade e de pouca representação e participação política as mulheres negras têm engendram resistências pela via da organização, da mobilização e da solidariedade.

Certamente, que nem sempre tais resistências são visibilizadas, devido as raízes históricas na nossa sociabilidade autoritária, de ranço patriarcal, machista, sexista, elitista e racista. O ativismo está posto em diferentes esferas, numa diversidade de ações, seja no acolhimento espiritual, e de saúde, no trabalho no ambiente doméstico, na socialização e educação das crianças, cuidados com os idosos, na preservação da cultura, da tradição e da memória originária. Continuam lutando por acesso a direitos, resguardo seus territórios na luta pela vida, pela dignidade humana.

4. AS TÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS FRENTE ÀS REEDIÇÕES DAS OPRESSÕES

Os movimentos negros foram feitos por corpos negros, corpos negros em movimento, no dizer de Conceição Evaristo (2020)⁵, corpos engenhosos, que já no período colonial, sendo perversamente escravizados eram capazes de criar saídas, abrir portas ou janelas, corpos negros se movendo num terreno movediço. Sendo insubmissos ou mesmo pela via da obediência para continuar vivos.

O que muitas vezes era visto como passividade era um processo de percepção do sujeito para sua sobrevivência. O corpo escravizado mesmo quando no processo de obediência teve que ter jogo de cintura, destreza para sobreviver diante de uma cultura pronta para ferir e exterminar os nossos corpos. Para Conceição Evaristo (2020) nós nos utilizamos de táticas, mecanismos de resistência realizados sem tempo para planejar, organizar, “trocamos o pneu do carro andando”.

Os grupos subalternizados que não tinham um aparato ofensivo naquele momento para realizar toda uma estratégia defensiva usavam a tática para fugir, para viver, para comer, para manter viva não só seu corpo, mas sua cultura, religião e história. O corpo negro foi inclusive espaço de negociação para muitas mulheres negras. Os escravizados usaram de sua engenhosidade para transformar carência em fartura. Como na capoeira usamos a armada, o martelo, mas também a rasteira e a esquivada. Suas táticas foram as fugas, os quilombos, a religião, os assassinatos, os envenenamentos, o conhecimento do movimento da casa grande para avisar a senzala, as famílias extensas, as redes de solidariedade, formas plurais de resistir daqueles corpos escravizados.

As mulheres negras, ainda no tempo presente são instadas ao desafio de elaborar essas táticas diante da realidade de opressão e desigualdades que vivenciam, com paciência histórica e bom uso das estratégias e táticas de explicar as raízes das persistentes desigualdades socio raciais e apresentar propostas de superação apreendidas na totalidade da vida social.

Tal esforço é necessário diante dos julgamentos dos que querem negar a existência do racismo estrutural e inviabilizar as lutas por reconhecimento étnico, justiça racial e políticas redistributivas como parte de um pacto civilizatório há muito tempo proposto por essas mulheres à sociedade brasileira.

Muitos são os fatores que tem impedido de ganhar visibilidade as particularidade das mulheres negras como grupo específico e diferenciado na realidade brasileira, tendo sobressaído o caráter estrutural , sistêmico e institucional do racismo, o que tanto prejudicou

5 Fala na Conferência de Abertura do XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – XI COPENE com Conceição Evaristo: Negras Escrevivências.

na produção de dados de qualidade sobre suas condições precárias de existência e da contradição que operam sobre forma de resistência ao instituído, que as torna invisíveis e negligenciadas no âmbito das políticas públicas e de representação e participação política.

Na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias correlatas realizada em Durban em 2001, já se afirmava os efeitos diferenciados que o racismo e a discriminação racial têm na vida das mulheres e meninas, e como contribuem para deteriorização de sua condição de vida, à pobreza, à violência e à limitação e negação de direitos humanos.

É preciso falar dos principais óbices e parabenizar as estratégias de resistências utilizadas pelas mulheres negras para sobreviver e ascender profissionalmente. Diante da deteriorização de suas identidades raciais, da criminalização de suas condutas, das desigualdades sociais e econômicas, elas têm organizado uma narrativa insurgente, com vitalidade. A título de exemplo realizaram no dia 18 de novembro de 2015 em Brasília, a Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que reuniu cerca de 50 mil mulheres de todos os recantos do Brasil; fazem anualmente o Festival Latinidades, evento de afro-latinas e afro-caribenhas; comemoram o Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, o Dia Nacional de Teresa de Benguela, o Julho das Pretas e tantas outras ações em todo território nacional. Acresce o seu brilhante ativismo nas comunidades durante o período de pandemia da covid-19, com as ações de apoio nutricional e alimentar e de higiene às famílias periféricas para o cumprimento do isolamento social.

A luta das mulheres negras tem como foco a reivindicação do reconhecimento, justiça e redução das desigualdades, para tanto o caminho passa pelo processo de equidade. No que concerne ao enfrentamento a pobreza a renda mínima deve ser garantida para além de benéficos emergenciais, esporádicos, irregulares e moeda de troca para governos populistas e despreocupados com a proteção social. Além da pobreza as mulheres negras continuam sendo a maioria no emprego doméstico, e é sabido de quão precarizadas têm sido as relações de trabalho nesse setor categoria caracterizada pela informalidade e desproteção social.

Outro campo que as mulheres negras têm se destacado é no empreendedorismo negro, tiveram de reinventar para garantir renda e nesse contexto de pandemia e já historicamente teve sempre dificuldade de manter seu negócio como trabalhadora autônoma.

Interessa que as mulheres negras se auto-organizem, ao tempo que não percam

de vista o horizonte das estruturas macrosociedades opressoras, sem propalar uma identidade negra fixa ou cristalizada, mas com capacidade de se articular e apoiar outras mulheres, com o fim de garantir um padrão de vida com qualidade.

Diante do exposto, é notável o quanto de potência tem as mulheres plurais o que falta é uma escuta respeitosa que possa inclui-las suas contribuições femininas e feministas valiosas para impactar o mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres estão diante de muitas exigências como o padrão da estética requerida, socialização das crianças e cuidados com a família o espaço doméstico, garantir a função econômica de manutenção dos membros da família. São esforços incontestáveis, essas formas de tentar superar os obstáculos são todas legítimas de contestação e resistência para melhor viver.

Em tempo de pandemia de covid 19 há intensificação do trabalho feminino, e para as mulheres negras que já estavam em situação de desvantagens tendo de sustentar sua família com relações precarizadas de trabalho, em particular fazendo faxinas nas casas de família, tem hoje o desafio de jornadas de trabalho extenuantes e enfrentando a diminuição das redes de apoio, hoje tornou-se mais difícil contar com a rede de solidariedade das amigas vizinhas, acresce a dificuldade de acessos as políticas sociais, que já eram diminutas e com a visto que a pandemia alterou o funcionamento não só das instituições, mas também dos grupos familiares e comunidades.

A pandemia escancarou desigualdades e causou impacto nos planos de vida desmoronaram desse fenômeno crítico que forçou muitas mulheres a abandonarem o trabalho para poder cuidar dos filhos, cuidado não remunerado com a família e os filhos, que embora não seja exclusivo das mulheres é por ela desempenhado posto que muitos homens não tomam para si tal responsabilidade em especial os menores de idade que carecem de creche e diante do desemprego precisam acionar as políticas públicas de proteção social, que já vem sofrendo um

desfinanciamento e desmonte em áreas importantes como saúde, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional.

As mulheres negras e pobres foram as mais atingidas e são pressionadas a conseguir formas de rendimento, as consequências têm sido o medo e a ansiedade pela incerteza quanto ao futuro. Diante de demissões do trabalho as mulheres negras perfilam na frente das demissões, mais que os homens e mulheres brancas no mercado de trabalho. É preciso notar que essas condições desfavoráveis na condição de vida das mulheres negras não surgiram só agora com a pandemia, mas guardam raízes históricas. Vivenciando condições precárias de inserção no mercado de trabalho e de rendimento, trabalho informal, precarizado passa a ser foco a garantia da sobrevivência que assume o primeiro plano.

Não é só o conflito social entre capital e trabalho que demarca no modo de produção e reprodução da vida que estamos inseridos, é preciso, como bem pontua Almeida (2016) considerar conflitos de outra ordem com tamanha importância: os conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que remontam a períodos anteriores ao capitalismo, a herança escravocrata, colonialista e heteropatriarcal, formas históricas e multifacetadas de violências, inclusive o genocídio, sobre as populações negras e indígenas, que ainda estão entre as mais acometidas pela covid-19. E seus impactos econômicos e sociais.

As mulheres deparam-se com o desafio de responder às demandas do mundo contemporâneo, tentar se equilibrar em contexto adverso e para alcançar esse fim fazem uso de estratégias e táticas que vão desde o excesso de trabalho e responsabilidade até a busca por reconexão com os saberes ancestrais nesse momento de luta pela sobrevivência.

Diante do exposto como uma das formas de superação desse situação de desvantagem das mulheres cabe garantir o financiamento dos sistema de proteção social, garantir benéficos e auxílios governamentais para aquelas que precisam, identificar sua diversidade, quem são essas mulheres e onde estão e destinar investimentos que valorizem seus saberes e contribuições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio de. Apresentação. In: Revista Boi Tempo. Dossiê marxismo e questão racial. Nº 27. Outubro – 2016. Pp. 23 – 24.

BORGES, Juliana. Mulheres Negras na mira. In: Revista Internacional de Direitos Humanos. v. 15 n. 28 São Paulo Dez. 2018. p.p 45 – 53.

DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H., LABORIE, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (coord) Dicionário crítico do feminismo, São Paulo: EDUNESP, 2009

DIEESE. Boletim Especial 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.pdf>

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: Acesso em 18 de nov. de 2020.

GONZALEZ, Lélia. . 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos . Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

MBEMBE. A. Necropolítica: seguido de sobre el governo privado indirecto. Santa Cruz de Tenerife: Melusina; 2011.

SALVADOR, Evilásio; As Implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda. INESC: Brasília, 2014

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, suppl 2 [Acessado 31 Agosto 2022] , pp. 4211-4224. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.25482020>>. Epub 30 Set 2020. ISSN 1678-4561.

,